

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Com o segundo turno começa a hora da verdade

Se há uma constante no cenário político brasileiro nos últimos anos é a dura prova a que vem sendo submetida a paciência do povo, por meio de grandes e sucessivas frustrações. Para não remontarmos a um passado distante, comecemos pela campanha das diretas. A esta frustração seguiu-se a morte de Tancredo Neves. Um ano depois foi a vez da maior delas, a do Plano Cruzado, cujo castelo de cartas de inflação suíça e crescimento japonês desmoronou do dia para a noite, deixando um gosto amargo na boca de todos, até hoje. Entre 87 e 88, a imprudência e a inconsciência dos políticos alimentaram no povo a ilusão de que a nova Constituição poderia ser a salvação da Pátria.

Numa situação de crise aguda como a que vivemos, é de todo conveniente que não abusemos dessa paciência. Uma nova decepção do povo com a eleição presidencial poderá tornar a crise incontrolável. Não nos referimos à escolha deste ou daquele candidato, mas às responsabilidades que têm os dois para com o povo que vai voltar às urnas no dia 17 de dezembro. Responsabilidades que se resumem no dever de dizer claramente a verdade sobre dois pontos fundamentais: os limites da ação do presidente da República no atual quadro político e institucional e os meios pelos quais pretendem atingir os fins — generosos, como sempre — que fixaram. Se isso não for feito, alimentando-se novas e perigosas expectativas, a desilusão será inevitável.

Um dos aspectos mais negativos da campanha eleitoral no primeiro turno foi a impressão que os candidatos, no afã de ganhar votos a todo custo, deixaram de que o futuro presidente tem o poder de resolver praticamente todos os problemas do País. Exatamente como no caso da Constituinte. Aliás, muitos jornalistas colaboraram para isso, formulando aos candidatos perguntas sobre questões que escapam completamente à competência do presidente. Até questões relativas a seqüestro e a assaltos a bancos com a tomada de reféns, que são da competência das autoridades policiais e judiciárias, foram submetidas aos candidatos que, por sua vez, não tiveram a coragem de dizer que isso não seria de sua competência. O mesmo se pode dizer da maioria dos casos de corrupção, que dependem sobretudo das leis (o que vale dizer, do Congresso) e do Judiciário. Sem falar, é claro, de problemas como salários, orçamento — do qual depende o déficit público e, portanto, o controle da inflação — e privatização. Não vamos esquecer que a tímida tentativa de privatização do governo Sarney foi barrada no Congresso. Só por esses poucos exemplos — muitos outros poderiam ser citados — tem-se uma idéia nítida de que o encaminhamento de qualquer proposta de solução dos nossos problemas dependem sobretudo do Congresso Nacional, quando não do Judiciário.

É claro que o presidente da República ainda detém entre nós uma soma considerável de poderes legais. Sem falar no peso de sua liderança política, que, se já é grande hoje, será ainda maior com a legitimidade do voto popular. Apesar de tudo isso, contudo, a nova Constituição reforçou de tal maneira os poderes do Congresso que, sem uma estreita colaboração com este, o presidente não poderá começar a fazer nem 10% do que os candidatos prometem em suas campanhas. E isso, em nenhum momento, foi dito ao povo. Como não foi dito que a desorganização do quadro partidário, que está marcando esta eleição, poderá facilitar a médio prazo a formação de uma eventual maioria governamental no Congresso, mas a curto prazo dificultará consideravelmente a tarefa do novo presidente. E o curto prazo, entre nós, é importantíssimo, porque a crise econômico-financeira exige medidas urgentes. Delas dependem, por exemplo, que nossa altíssima inflação não degenerem em hiperinflação.

Outra questão até agora deliberadamente escamoteada pelos candidatos é a dos meios pelos quais pretendam atingir os seus fins. Como já dissemos aqui em outras ocasiões, em política, fixar os fins é muito fácil. Não há ninguém, aqui ou em qualquer outra parte do mundo, que não deseje a felicidade geral da Nação, altos salários, educação e saúde para todos e de boa qualidade, excelentes e baratos serviços de transportes, água, luz e telefone, alimentos abundantes e a preços razoáveis. O problema todo consiste em saber como conseguir tudo isso. Esta é a questão central da política e da economia, e é justamente ela que foi evitada até agora.

Ora, apenas um dado é suficiente para mostrar como são precários os meios de que disporá o futuro presidente. As autoridades já proclamaram que o orçamento para o próximo ano, votado pelo Congresso, compromete 92% da receita da União. O próximo presidente poderá dispor livremente de apenas 8% das receitas. E note o leitor que não estamos falando do verdadeiro imbróglio da dívida interna, que limita em muito os movimentos do governo, e cuja solução duradoura depende também da ação do Congresso.

Que fará o futuro presidente para conseguir o apoio do Congresso, se nem o PRN do sr. Fernando Collor de Mello nem o PT do sr. Luís Inácio Lula da Silva dispõem de bancadas majoritárias? Que meios os dois candidatos pretendem utilizar para atingir seus generosos fins? Estas são as duas perguntas-chaves que os eleitores esperam ver respondidas nesta fase final da campanha. Iludi-los significará semear hoje a desilusão de amanhã.

O senhor Fernando Collor já deve estar avaliando neste momento com seus assessores a agitação sindical que terá de enfrentar nos primeiros momentos do seu eventual governo, até como desforra pela derrota de Lula.

E o senhor Lula da Silva, que começa sua campanha tentando semear a ilusão de que, eleito, os pobres serão ricos e os ricos serão pobres, deveria começar a avaliar, com seus assessores, com que forças poderá contar, se for o vencedor, para conter a ira dos pobres que serão, fatalmente, alguns meses depois de sua posse, mais pobres e mais numerosos do que são hoje.